



**Jornal Notícias**

13-10-2016

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 110603

**Temática:** Saúde

**Dimensão:** 1184 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/8

# 57 médicos arriscam expulsão por fraudes no SNS

# Nacional

#

8

## milhões de euros

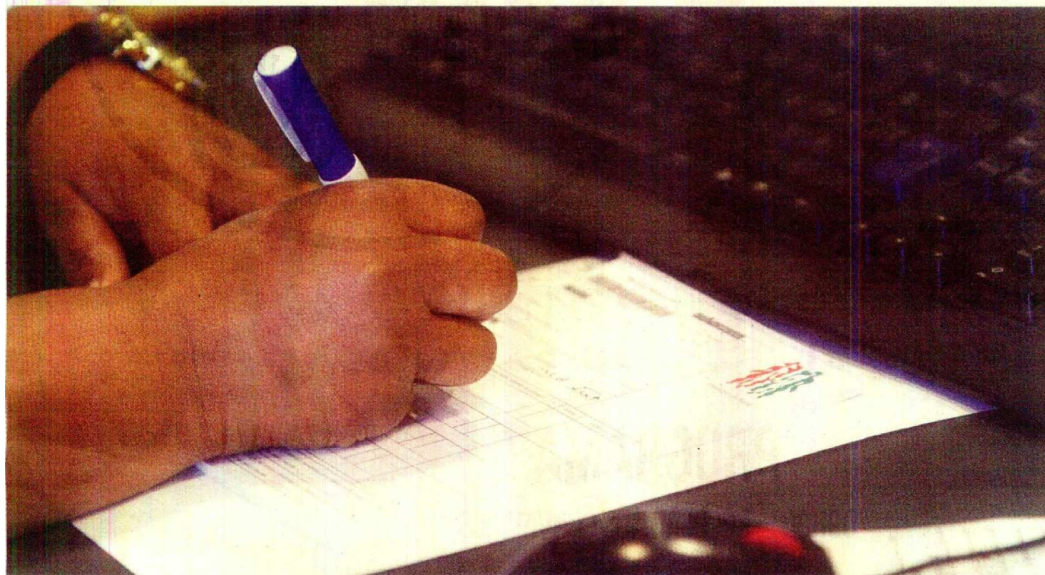
perdidos em fraudes ao SNS é quanto o Estado tenta recuperar nos tribunais. A maioria dos esquemas está relacionada com a prescrição forjada e a venda ilegal de medicamentos comparticipados em Portugal e no estrangeiro.

131

## arguidos

em nove acusações já deduzidas pelo Ministério Público. As investigações de fraude ao SNS incidem sobre médicos, farmacêuticos, delegados de informação médica, empresas grossistas e exportadores de medicamentos.

**Saúde** Até hoje nenhum médico foi expulso, mas o bastonário adverte que haverá penas pesadas. Número de processos está a aumentar



Prescrição manual de medicamentos facilitava a ocorrência de fraudes, nomeadamente com falsificação de receitas e roubo de vinhetas, segundo José Manuel Silva

## “Deixou de prevalecer clima de impunidade”

**O BASTONÁRIO** da Ordem dos Médicos realça o papel fundamental da criação do Centro de Controlo e de Monitorização do SNS, em 2010, para o combate à fraude e à corrupção. Assinala o início de um tempo novo, sobretudo no “circuito dos medicamentos e dos exames complementares”, pois, “até aí, era muito difícil detetar a fraude”. José Manuel Silva assinala que tem havido mais casos comunicados à Ordem dos Médicos, porque também há mais investigação. “Acreditado que daqui para o futuro haverá menos, porque deixou de prevalecer o clima de impunidade. Em boa hora, foi dada uma atenção particular à fraude na Saúde. Com as penas no tribunal e com as penas que a Ordem aplicará, será desincentivador da manutenção deste tipo de fraudes.”

# Ordem investiga 57 casos de fraude

Carla Sofia Luz  
 carlaluz@jn.pt

Desde 2012, a Ordem dos Médicos (OM) instaurou, pelos menos, 57 processos a clínicos por suspeita de envolvimento em casos de fraude ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente, com prescrição de medicamentos e emissão de atestados médicos. Até agora, nenhum foi expulso, mas o bastonário José Manuel Silva adverte que haverá penas pesadas para os médicos condenados na justiça. Nos últimos anos, aumentou o número de casos comunicados à OM pelas autoridades.

Os conselhos disciplinares só podem atuar depois das decisões dos tribunais transitarem em julgado. José Manuel Silva garante que há vá-

rios processos pendentes na Ordem a aguardar pelos acórdãos. A Procuradoria-Geral da República (PGR) já deu conta da existência de 30 inquéritos em curso no Departamento Central de Investigação e Ação Penal e da dedução de nove acusações por fraudes ao SNS. No entanto, poucas situações tiveram desfecho. Contam-se duas condenações em tribunal, com destaque para o caso “Remédio santo” (seis médicos foram punidos com penas de prisão), e cinco processos em julgamento.

Os conselhos disciplinares da Ordem dos Médicos atuam sempre que recebem participações. Geralmente, as autoridades só fazem chegar as suspeitas após a conclusão dos inquéritos. Segue-se a espera pela prova em tribunal. “Nenhum caso de

fraude ao SNS foi arquivado pela OM. Temos de esperar que as sentenças transitem em julgado para se tornarem definitivas e, então, será aplicada a pena competente”, atenta. Dependendo da gravidade, as penalizações poderão variar entre a suspensão do exercício durante muitos anos e a expulsão, específica do bastonário, sublinhando que há poucas condenações de médicos nos tribunais, embora o número de casos comunicados à OM seja cada vez maior.

### Suspensões e advertências

Expulsões por fraudes ao SNS não há. Porém, o Conselho Nacional de Disciplina já suspendeu um clínico por um ano devido à prescrição de medicamentos em conluio com uma farmácia. Correm dois recursos a de-

cisões do Conselho Disciplinar Regional do Sul: uma suspensão por três meses a um clínico envolvido na emissão de atestados médicos de aptidão para a condução de veículos e outra suspensão por 45 dias pela venda ilegal de medicamentos. Aliás, a prescrição de medicamentos e a emissão de atestados médicos irregulares foram as principais motivações para a abertura de processos disciplinares.

Desde 2012 instauraram-se “42 processos relacionados com atuações que lesam o SNS, nomeadamente através de emissão de atestados médicos de complacência, prescrição médica irregular e decisões de juntas médicas” nos conselhos disciplinares regionais do Norte e do Centro, esclarece a Ordem dos Mé-

dicos. Não foi possível obter dados detalhados da região Sul.

Dos 42 processos, 27 foram encerrados e 15 estão pendentes, tendo sido aplicadas oito advertências a médicos. Em igual período, o Conselho Nacional de Disciplina julgou 15 casos relacionados com atos fraudulentos no SNS, que levaram a cinco advertências e a uma censura. Contam-se, ainda, quatro processos pendentes.

Números que estão longe das irregularidades detetadas pelo Ministério da Saúde desde setembro de 2012. Em julho, já tinham sido enviados 573 casos para investigação à Polícia Judiciária e à PGR, que envolviam 432 médicos. Para o bastonário, bastava que houvesse suspeitas sobre um médico para ser grave. “É chocante, mas corresponde a cerca de 1% dos médicos no ativo. Creio que muitos destes médicos estão inocentes. Viram a sua identidade abusivamente usada para a prescrição fraudulenta de medicamentos” através de falsificação de receitas e de roubo de vinhetas, específica. “Esses roubos aconteciam com frequência, antes da prescrição desmaterializada. Os processos de condenação de médicos são poucos para já e não se aproximam, nem de perto, destes números”. ●